

# **A TERCEIRA VITÓRIA DA FRELIMO EM MOÇAMBIQUE: MARGINALIZAÇÃO POLÍTICA OU ESTABILIDADE ECONÓMICA?**

Rita Pais\*

## **O Sistema Político em Moçambique**

No ano em que se celebram os 30 anos da Independência, Moçambique vive ainda o rescaldo das terceiras Eleições Gerais realizadas em Dezembro de 2004. As eleições representam, do ponto de vista formal, o funcionamento do regime democrático e o bom desempenho político que garante o desembolso de fundos por parte da comunidade doadora. Mas a realização de eleições esconde outros factores de crise, que se prendem em parte com a não consolidação de uma cultura democrática.

Uma das maiores fragilidades do sistema político moçambicano é o facto de a disputa eleitoral se centrar quase exclusivamente em torno de apenas dois partidos: a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Esta polarização resulta da configuração política forjada pelo conflito armado.

De facto, ao contrário do que aconteceu noutros países africanos, os principais partidos políticos em Moçambique formaram-se antes da transição para o regime democrático (CARBONE,2003,pag.5). O socialismo implementado pela Frelimo no período pós-independência não deixava espaço para a emergência de outras forças políticas ou de

---

\* Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa

qualquer tipo de oposição ao regime. Característica, aliás, que parece ser comum a outros Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) - “no que respeita às antigas colónias portuguesas, e particularmente Moçambique, a cultura política foi forjada pela luta armada de libertação” (LÁLÁ e OSTHEIMER, 2003, pag.4). Ou seja, a legitimidade da Frelimo enquanto partido no poder advém, em grande parte, do papel preponderante que desempenhou na luta de libertação.

Mas a concretização de sucessivas medidas que prejudicavam principalmente as populações rurais do Centro e Norte do país (o reassentamento forçado de populações através do projecto das Aldeias Comunais e o favorecimento de uma elite política originária do Sul, entre outras) levou a uma erosão dessa legitimidade.

O descontentamento geral das populações rurais foi aproveitado pela Renamo que, tendo sido criada e apoiada a partir do exterior (pelos governos da antiga Rodésia e da África do Sul), formou assim as suas bases de apoio social. A Renamo tornou-se na única força visível de oposição ao regime da Frelimo, embora essa oposição tenha sido essencialmente armada e baseada na luta de guerrilha.

Do ponto de vista político, a organização administrativa da Renamo era bastante frágil. Mas a guerra civil promoveu a formação de duas frentes socio-políticas rivais, que controlavam diferentes zonas do território moçambicano. A distribuição das forças beligerantes foi o que acabou por definir a actual distribuição do eleitorado: as províncias em que a influência da Renamo foi maior correspondem hoje às zonas de origem da maioria do seu eleitorado, sendo que o mesmo se verifica relativamente à Frelimo.

Portanto, as duas frentes da guerra civil acabaram por ser as mesmas que actualmente dominam o espaço político. O forte antagonismo entre Frelimo e Renamo não se dissipou após o fim do conflito, e acabou por abafar outras forças opositoras (a oposição não-armada) desde o início do processo de transição. De facto, o Acordo de Paz assinado em 1992 resultou de negociações apenas entre a Renamo e a Frelimo, com a mediação de actores internacionais.

A exclusão de outras forças políticas do processo de democratização, a par dos baixos resultados obtidos com a campanha de educação eleitoral e educação para a democracia<sup>1</sup>, contribuiu para que o eleitorado mantivesse uma percepção polarizada do cenário político, transpondo a rivalidade do conflito armado para um contexto de paz.

## **Eleições Gerais**

O sistema político moçambicano é, portanto, claramente bipartidário. Os resultados das eleições de 1994 e 1999 ilustram-no bem: a Frelimo conseguiu 44.33% dos votos em 1994 e 48.54% em 1999, e a Renamo 37.78% (1994) e 38.8% (1999). Os partidos mais pequenos em competição (no total 18) apenas conseguiram alcançar a barreira dos 5% de votos, que lhes garante assento no Parlamento, através da Coligação União Democrática (PALMO, PANADE e PANAMO<sup>2</sup>) em 1994, e em 1999 através de uma coligação de 10 partidos menores com a Renamo (a RUE – Renamo União Eleitoral).

As eleições que decorreram entre 1 e 2 de Dezembro de 2004 tiveram resultados semelhantes, que vieram confirmar a preponderância dos dois partidos no cenário político Moçambicano e afastar a hipótese, que alguns analistas previam possível, de o Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD) surgir como uma alternativa viável.

No entanto, a diferença de votos entre a Renamo e a Frelimo aumentou visivelmente. A Frelimo conseguiu 63,7% dos votos contra 31,7% da Renamo nas Presidenciais, e 62,03% contra 28,73% nas Legislativas. A vitória confortável da Frelimo, poderá ter sido potenciada

---

<sup>1</sup> Como explica João Bernardo Honwana, embora a maioria da população não tenha tido dúvidas relativamente à eleição de um líder (Presidente da República), o papel dos partidos políticos e do Parlamento não foi totalmente compreendido pelo eleitorado. HONWANA, João Bernardo, *The United Nations and Mozambique, A Sustainable Peace?*, Cadernos do Lumiar 7, IEEI, 1996, p.36.

<sup>2</sup> PALMO - Partido Liberal e Democrático de Moçambique; PANADE - Partido Nacional Democrático; PANAMO - Partido Nacional de Moçambique.

pelo elevado nível de abstenção (57%), uma vez que o maior número de abstenções se registou entre os eleitores da oposição – a Renamo passou de 2.1 milhões de eleitores em 1999 para 1 milhão em 2004.

**Tabela 1**  
Resultados da Eleições Presidenciais de 2004

<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>% Votos</b>
Armando Guebuza	FRELIMO	63.74
Afonso Dhlakama	RENAMO	31.74
Raul Domingos	PDD	2.73
Yaqub Sibindy	PIMO	0.91
Carlos Reis	MBG	0.87

Fonte: *Mozambique Political Process Bulletin*, nº31, European Parliamentarians for Africa (AWEPA) 2004.

**Tabela 2**  
Resultados das Eleições Legislativas de 2004

<b>Partido</b>	<b>% Votos</b>
FRELIMO	62.03
RENAMO	29.73
PDD	2.00

Fonte: *Mozambique Political Process Bulletin*, nº31, European Parliamentarians for Africa (AWEPA) 2004.

O mau resultado da Renamo pode ser explicado, em parte, pelo facto de, como aponta o relatório FAST (MACAMO,2005), o eleitorado Frelimo ser mais fiel.

Além desta, podem ser apontadas outras razões, como a falta de organização da Renamo durante a campanha e a adopção de uma “estratégia de derrota”, baseada em discursos de vitimização do partido, com referências frequentes às fraudes eleitorais de 1994 e 1999 (o que pode ter conduzido os eleitores à ideia de que seria inútil votar na Renamo)<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> *Mozambique Political Process Bulletin*, nº31, European Parliamentarians for Africa (AWEPA), 2004.

Apesar de as eleições terem sido declaradas livres e justas, algumas irregularidades foram detectadas. O Carter Center denunciou o desfazamento entre os editais e as contagens reais dos votos em algumas estações de voto; problemas com o software; invalidação de votos e desconfiança entre os representantes partidários do Secretariado Técnico da Administração Estatal (STAE).

As irregularidades, denunciadas pelos partidos da oposição, foram de alguma gravidade, e podem mesmo ter custado dois lugares no Parlamento à Renamo, mas não seriam suficientes para retirar a vitória à Frelimo, uma vez que a diferença entre os dois partidos era demasiado grande.

O facto de Dhlakama ter, inicialmente, rejeitado por completo os resultados, reclamando para si a vitória, em lugar de ter exigido que as irregularidades detectadas fossem esclarecidas, e de ter-se visto, posteriormente, forçado a assumir a derrota, pode tê-lo desacreditado perante a comunidade internacional e o eleitorado.

### **Fragilidades da Oposição**

Na verdade, a vitória da Frelimo resulta também, em grande parte, das fragilidades da oposição. Por um lado, os partidos mais pequenos não têm expressão junto do eleitorado, por outro, a Renamo apresenta graves falhas organizacionais.

Quando o processo de transição para o multipartidarismo se iniciou, as estruturas políticas da Renamo eram extremamente frágeis, os procedimentos internos de organização pouco eficazes e a sua presença no terreno com baixo nível de coordenação. A Renamo, que nunca havia constituído um partido político, mantinha-se uma organização militar, de guerrilha, com as estruturas administrativas muito pouco desenvolvidas e sem uma política coerente.

No período pós-conflito, a ONUMOZ (a Missão das Nações Unidas para a manutenção e consolidação da paz ) estabeleceu um fundo de apoio para a transição da Renamo de força de guerrilha para partido

político. Embora esse fundo tenha permitido a participação da Renamo nas eleições de 1994, através da capacitação logística do partido, a Renamo apresenta ainda hoje falhas na sua organização partidária.

Essa incapacidade de organização no terreno pode ajudar a explicar o facto de se manterem as divisões regionais de apoio partidário forjadas durante a guerra civil, e de a Renamo reunir votos apenas nas regiões tradicionalmente apoiantes do partido (as províncias do Centro), onde estabeleceu as suas bases de apoio social.

Para lá de não conseguir penetrar nas zonas dominadas pela Frelimo, a Renamo perdeu eleitores mesmo nas províncias em que reuniu mais votos nas eleições anteriores, essencialmente pelo facto de não ter uma estrutura de mobilização eficaz.

**Tabela 3**

Número de Assentos no Parlamento ganhos pela Frelimo e Renamo nas eleições de 1994, 1999 e 2004

Círculos Eleitorais		Frelimo			Renamo		
		1994	1999	2004	1994	1999	2004
<b>Sul</b>	Maputo Cidade	<b>17</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	1	2	2
	Maputo Província	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	1	1	1
	Gaza	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	0	0	0
	Inhambane	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	3	4	1
<b>Centro</b>	Sofala	3	4	6	<b>18</b>	<b>17</b>	<b>16</b>
	Manica	4	5	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>7</b>
	Tete	5	8	<b>14</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	4
	Zambézia	18	15	19	<b>29</b>	<b>34</b>	<b>29</b>
<b>Norte</b>	Nampula	20	24	<b>27</b>	<b>32</b>	<b>26</b>	23
	Cabo Delgado	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>18</b>	6	6	4
	Niassa	<b>7</b>	6	<b>9</b>	4	<b>7</b>	3
<b>Total</b>		129	133	160	112	117	90

Fonte: RUIGROK, Inge, *Mozambique's 2004 General Elections*, op.cit., 2005. e CARBONE, Giovanni M., *Emerging Pluralist Politics in Mozambique: the Frelimo-Renamo Party System*, op cit., 2003.

Dhlakama mantém uma estrutura partidária demasiado centrada no líder, controlando o funcionamento da organização e impedindo o desenvolvimento de uma estrutura eficaz e efectivamente democrática (RUIGROK, 2005).

A política da Renamo de promover a formação de uma nova geração de políticos, mais jovens e com qualificações profissionais que os permitam representar eficazmente a Renamo nas instituições governamentais, parece contraditória com a estratégia de Dhlakama de afastar todas as figuras proeminentes do partido que possam constituir uma ameaça à sua autoridade<sup>4</sup>.

Além de, evidentemente, esta centralização no líder minar a mobilização do eleitorado a nível local, cria ainda mais dificuldades estruturais e de organização administrativa. Essa é uma das razões pelas quais é tão difícil à Renamo movimentar-se no seio das instituições governamentais.

De facto, a Renamo apresenta uma incapacidade enorme em fazer qualquer tipo de oposição séria ao partido no poder, que não seja através do boicote de eleições, como aconteceu nas eleições locais de 2003, ou da formação de “governos sombra”, que impedem o normal funcionamento das instituições de governação<sup>5</sup>.

Talvez em parte por essas fragilidades, mas também porque a Frelimo exerce o poder de forma isolada, o partido é muitas vezes excluído dos processos democráticos.

No recente Conselho de Ministros Alargado (a governadores provinciais, deputados e outros dirigentes políticos), convocado por Guebuza, nenhum membro da oposição esteve presente, nem mesmo Afonso

---

<sup>4</sup> Um dos casos paradigmáticos dessa estratégia foi a expulsão de Raúl Domingos, actualmente líder do Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD), após este ter conseguido um acordo sem precedentes com a Frelimo para a nomeação de três governadores provinciais da Renamo.

<sup>5</sup> Recentemente, em Agosto de 2005, e na sequência de alegadas irregularidades nas eleições intercalares que tiveram lugar em Maio, a Renamo empossou um governo paralelo na cidade de Mocimboa da Praia. As sucessivas acções de protesto culminaram em confrontos com a polícia e com apoiantes da Frelimo, que resultaram na morte de cerca de doze pessoas.

Dhlakama, enquanto membro do Conselho de Estado (SAVANA, 15/07/05).

Tal como acontece com o PARPA (Plano de Acção para a Redução da Pobreza), cuja discussão tem estado afastada do espaço parlamentar e, portanto, dos partidos da oposição, o governo tende a sobrepor as suas competências com as do partido.

Os partidos mais pequenos, que nas últimas eleições não conseguiram qualquer assento no Parlamento, têm graves dificuldades em penetrar neste sistema partidário dicotómico.

As dificuldades são também de ordem financeira, uma vez que apenas os partidos com assento no Parlamento têm acesso a financiamento estatal. Nas primeiras eleições, em 1994, reclamaram fundos governamentais e internacionais que possibilitassem a competição com a Frelimo e a Renamo. O governo acabou por disponibilizar cerca de 15 mil dólares e a comunidade internacional 100 mil dólares.

Contudo, os problemas mais graves da “oposição não-armada” prendem-se com o facto de ter surgido no início do processo de transição para o multipartidarismo, quando as duas forças contendentes na guerra civil estavam já profundamente enraizadas junto das populações. As suas bases sociais de apoio são demasiado frágeis e a tarefa de mobilização do eleitorado tem-se revelado extremamente difícil desde as eleições de 1994, uma vez que largas regiões do país estão sob o controlo de um dos dois principais partidos.

Portanto, o sistema bi-partidário forjado pela guerra-civil constitui um enorme entrave à consolidação da democracia e à constituição de um ambiente político dinâmico.

### **A pressão da Comunidade Internacional**

Paradoxalmente, a boa governação, transparência política e o funcionamento de um regime multipartidário são condições essenciais para garantir a assistência dos doadores internacionais.

O período da reconstrução pós-conflito, levada a cabo sob as diretrizes de Programas de Ajustamento Estrutural, levou o país a uma situação de forte dependência da ajuda externa. E os desembolsos da comunidade doadora dependem em grande medida das provas de bom desempenho, não só económico, mas também político.

Contudo, a pressão internacional pode criar um desfazamento entre o “processo” e o “produto: a necessidade de realizar em pouco tempo eleições gerais (como prova formal da instituição de um regime democrático) resultou em falhas no processo real de democratização, que implica acções mais morosas e profundas para o desenvolvimento de bases económicas, políticas e sociais correspondentes a um regime democrático (HONWANA, 1996).

Moçambique é geralmente apontado como um caso de sucesso na transição democrática. Aparentemente o sistema político funciona: têm sido realizadas eleições com regularidade, o governo tem prosseguido no processo de liberalização da economia e, excluindo alguns incidentes pontuais, os níveis de conflito interno são relativamente baixos (MACAMO, 2003).

Do ponto de vista do crescimento e desenvolvimento também se têm verificado progressos significativos. Entre 1997 e 2000 Moçambique registou uma Taxa de Crescimento média de 9% (acima da média dos países africanos). O governo tem conseguido manter a estabilidade macro-económica e atrair Investimento Directo Estrangeiro (que se reflecte sobretudo na implementação de grandes projectos capital-intensivos como a fundição de alumínio MOZAL, o Corredor de Maputo, ou a exploração de areias pesadas em Chibuto).

A opinião geral dos doadores, é de que Moçambique tem realizado progressos “impressionantes”<sup>6</sup> e que a concretização do PARPA tem trazido resultados importantes no alívio da pobreza e no desenvolvimento do país.

---

<sup>6</sup> IMF ‘impressed’ with Mozambican Reforms, Agência de Informação de Moçambique, 26/07/05.

Recentemente (Julho de 2005) o Fundo Monetário Internacional (FMI) realizou um novo desembolso, de 2.4 milhões de dólares no âmbito da iniciativa Poverty Reduction and Growth Facility (PRGF) e com o objectivo de financiar a segunda fase do PARPA. Estes fundos foram desembolsados no seguimento de uma avaliação positiva da *performance* económica do país. Dessa avaliação resultou também uma série de recomendações para a implementação de reformas de “segunda geração”, que visam em grande medida o sector público.

As reformas económicas e a implementação do PARPA são elementos chave na estratégia de intervenção dos doadores internacionais. Especialmente o plano de alívio da pobreza tem sido considerado um sucesso, e portanto a vitória da Frelimo nas últimas eleições foi entendida pela comunidade doadora como um factor de continuidade e estabilidade.

Muito embora os partidos da oposição e as Organizações da Sociedade Civil tenham uma participação muito fraca naquele que é o grande projecto de desenvolvimento social do país, os países e organismos multilaterais doadores parecem minorar esse problema em favor de uma continuidade na implementação do PARPA.

De facto, a entidade britânica que coordena a assistência do Reino Unido a Moçambique – DFID (Department for International Development) – no *Country Assistance Plan 2002-2007* expressou bem esta visão que associa a Frelimo à estabilidade socio-económica.

Segundo aquele organismo, a vitória da Renamo nas eleições de 2004 acarretaria vários riscos: a fragilidade da estrutura organizacional do partido comprometeria a eficácia da actuação do governo; a relação entre o governo e as estruturas da Administração Pública (maioritariamente associada à Frelimo) poderia ser conflituosa; a implementação do PARPA poderia sofrer atrasos e recuos, uma vez que a Renamo está pouco familiarizada com o projecto.

A posição da comunidade internacional é, portanto, claramente favorecedora da continuidade política com vista à manutenção de uma estabilidade económica e social relativa. Ou, como refere Fernando

Balthazar de Lima, “A comunidade internacional (...) tem vindo a insistir (...) na necessidade de acomodação política, por forma a afastar a instabilidade, inimiga declarada do desenvolvimento económico de que o país tão desesperadamente necessita.”(LIMA,2000).

### **Marginalização Política ou Estabilidade Económica?**

É claro que o facto de a comunidade doadora apontar Moçambique como um caso de sucesso de transição democrática e económica exerce alguma pressão para que a situação política se mantenha. O volume da ajuda prestada a Moçambique (um dos maiores beneficiários da ajuda prestada pela Comissão Europeia e pelos países membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento - CAD) precisa de ser justificado com o bom desempenho do país, o que de facto tem acontecido. Mas uma mudança política, especialmente se essa mudança significa que um partido com fraca organização administrativa, afastado da maioria dos processos e instituições democráticos do país, extremamente centrado no seu líder e moldado ainda pelo legado da guerra civil assume o governo, é um risco demasiado grande que os doadores internacionais não estão dispostos a correr.

Apesar disso, a boa governação e um maior grau de transparência política são exigências sérias quando se trata de desembolsar novos fundos. E, portanto, a pressão da comunidade internacional é exercida nos dois sentidos: por um lado troca-se algum tipo de “acomodação política” pela estabilidade económica que permite aos doadores executar as suas estratégias de desenvolvimento; por outro exigem-se melhores níveis de governação democrática.

E, também por isso, apesar de o sistema bi-partidário continuar a dificultar a consolidação da democracia e a promover um certo grau de marginalização de outros partidos políticos e de Organizações da Sociedade Civil (OSC), alguns avanços têm sido feitos.

É bastante evidente que ainda existe uma identificação grande entre as instituições governamentais e as estruturas do partido no poder, um acesso dificultado dos partidos menores ao Parlamento e aos processos de governação, uma falta de transparência política e

uma clara dificuldade em partilhar o poder<sup>7</sup>. A Frelimo e a Renamo continuam a dominar a cena política, sem abrir espaço a novas forças partidárias. As OSC que participam na discussão dos projectos nacionais de grande envergadura são, frequentemente, coordenadas por movimentos cristãos liderados pelo Reverendo Arão Litsuri, tradicionalmente aliado da Frelimo.

Todavia, alguns sinais positivos têm demonstrado que pode haver uma mudança gradual no ambiente político moçambicano. Neste momento está em curso a Revisão da Lei Eleitoral, na qual, além da Renamo, outros partidos da oposição foram convidados a participar. Os símbolos nacionais, particularmente a bandeira, criticados por muitos por serem demasiado expressivos dos princípios da Frelimo, estão também a ser revistos, muito embora haja vozes dissonantes dentro do próprio partido (como é o caso de Marcelino dos Santos). A discussão e implementação da segunda fase do PARPA, por exigência do FMI, incluirá Actores Não Estatais. E, naquilo que parece ser uma iniciativa de extrema importância, os partidos da oposição uniram-se para criar o Centro de Promoção para a Democracia Multipartidária, cujo objectivo será capacitar os partidos mais pequenos.

Apesar de existirem os elementos formais de um regime democrático, a Democracia em Moçambique é ainda muito frágil e não está consolidada.

Mesmo com a abertura a mais partidos, os votos continuam a concentrar-se na Frelimo e Renamo, resultado da história recente de conflito.

Os baixos níveis de escolaridade e o isolamento das populações rurais (que constituem a maioria da população moçambicana) contribuem também para que haja pouca mobilização política e para que o eleitorado se mantenha fiel aos dois partidos que conhece e em que tradicionalmente vota.

---

<sup>7</sup> Alguns autores referem-se ao sistema político moçambicano como aquele em que "the winner takes all", à semelhança de muitos Estados africanos onde a perda das eleições significa a exclusão dos processos de governação.

Além disso, não há discussão inter-partidária, uma vez que extensas regiões do país são controladas por um dos dois partidos maiores, o que leva a que se crie uma homogeneidade de opinião política pouco saudável numa Democracia. E mesmo a imprensa, capaz de suscitar alguma discussão política, parece marginalizar os actores políticos fora do sistema bi-partidário, dando especial atenção às disputas entre a Frelimo e a Renamo.

O que falta em Moçambique é uma cultura democrática, uma vitalidade da sociedade civil e uma dinâmica de discussão e debate político.

Uma maior consciencialização e acção cívica por parte do eleitorado não é algo que se consiga por imposição dos doadores internacionais. É um processo longo, que, ironicamente, depende em grande medida do sucesso da implementação do projecto de alívio da pobreza. Será o acesso à escolaridade, à saúde e a redução dos níveis de pobreza que contribuirá para uma maior participação da população na vida política e para a transformação do sistema bi-partidário.

Por enquanto, para a maioria dos moçambicanos, Democracia significa, não tanto a protecção dos direitos e liberdades dos cidadãos e a existência de uma maioria decisora, mas a igualdade no acesso à alimentação, habitação e educação<sup>8</sup>.

## **BIBLIOGRAFIA**

CARBONE, Giovani M., *Emerging Pluralist Politics in Mozambique: the Frelimo-Renamo Party System*, Development Research Center, Londres, 2003.

HONWANA, João Bernardo, *The United Nations and Mozambique, a Sustainable Peace?*, Cadernos do Lumiar 7, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996.

---

<sup>8</sup> Inquérito Nacional de Opinião Pública 2001, Centro de Estudos da População, mimeo. CARBONE, Giovanni M., *Emerging Pluralist Politics in Mozambique: the Frelimo-Renamo Party System*, op cit., 2003: p. 21.

HONWANA, João Bernardo, *Notes on challenges to peace consolidation: the case of Mozambique*, Paper apresentado na Conferência “Os Desafios das Relações Europa - África”, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, 23-24 Outubro 2003.

LÁLÁ, Anícia e OSTHEIMER, Andrea E., *Como limpar as nódoas do processo democrático? Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990-2003)*, Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003.

LIMA, Fernando B., *À Espera da Terceira Força*, O Mundo em Português, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Dezembro 2000.

LUNDIN, Iraê Baptista, *Will Mozambique Remain a Success Story?*, African Security Review, vol.9, n°3, Institute for Security Studies, 2000.

MACAMO, Elísio, *Semi-annual Risk Assessment*, FAST Update, Swiss Peace, 2005.

OSTHEIMER, Andrea E., *Transforming Peace into Democracy: Democratic Structures in Mozambique*, African Security Review, vol. 8, n° 6, Institute for Security Studies, 1999.

OSTHEIMER, Andrea E., *Mozambique - The Permanent Entrenchment of Democratic Minimalism?*, African Security Review, vol. 10, n° 1, Institute for Security Studies, 2001.

RUIGROK, Inge, *Mozambique's 2004 General Elections*, African Security Review, vol.14, n°. 1, Institute for Security Studies, 2005.

*Mozambique Political Process Bulletin*, n°31, European Parliamentarians for Africa (AWEPA) 2004.

UK Department for International Development, *Country Assistance Plan 2002-2007*.

IMF ‘impressed’ with Mozambican Reforms, Agência de Informação de Moçambique, 26/07/05.